



Nacionalizações na Revolução

Por Raquel Varela

A nacionalização de bancos, companhias de seguros e de várias empresas estratégicas de grupos económicos portugueses maiores que se dá, grosso modo, entre março de 1975 e maio de 1975, é uma política forçada pelos trabalhadores que, na dinâmica da revolução, a impõem aos partidos políticos e ao Movimento das Forças Armadas (MFA), obrigando o Conselho da Revolução e o IV Governo Provisório a decretá-la. Até aqui, nem o Partido Comunista Português (PCP), nem o Partido Socialista (PS), nem o MFA fizeram das nacionalizações uma estratégia. A história das nacionalizações é muito complexa. Tem traços bonapartistas, mas contraditórios, porque o desfecho das nacionalizações não resultou apenas e só no controlo do Estado sobre as empresas. Teve além disso, um duplo re-

sultado – ao mesmo tempo que as salvou economicamente no meio de uma recessão económica, resgatou a propriedade que estava objetivamente a ser colocada em causa pelos trabalhadores, pelo controlo operário. A médio prazo – uma década depois –, os bancos e as empresas nacionalizadas serão devolvidos ao setor privado.

Mas esse processo tem uma história, tem um começo e um fim: quando se dão as nacionalizações elas representam, naquele momento, a vitória dos trabalhadores, uma derrota do sistema capitalista, uma agudização da luta de classes que coloca diretamente em causa a propriedade privada. E a história da revolução a partir daí será também a história da extraordinária confiança que os trabalhadores e parte dos setores intermédios da sociedade ganham em si próprios a partir de 11 de março de 1975 – data

da derrota do golpe de direita que implicou a generalização de organismos embrionários de duplo poder –, a confiança de que podem vencer, de que conseguem questionar a propriedade privada dos meios de produção, e essa confiança irá espalhar-se como um rastilho de pólvora por todo o País, estando na origem da crise revolucionária que começa em julho de 1975, o chamado Verão Quente.

A primeira nacionalização em Portugal a seguir à revolução dá-se menos de um mês depois da queda do regime. A 21 de maio de 1974 os trabalhadores da Companhia das Águas ocupam a sede da empresa e exigem a sua nacionalização. Passa a chamar-se Empresa Pública das Águas de Lisboa (EPAL)⁽¹⁾. Mas será só depois da vitória da lei da independência das colónias, no verão de 1974, que voltam a fazer-se nacionalizações. Em setembro de 1974, pelos decretos-lei n.º 450, 451 e 452/74 são nacionalizados o Banco de Portugal, o Banco de Angola e o Banco Nacional Ultramarino, o que, de acordo com Medeiros Ferreira, «é



o primeiro passo para o Estado ocupar o único lugar do lado português na gestão das consequências financeiras da descolonização que se desencadeara oficialmente com a Lei n.º 7/74, de 26 de julho⁽²⁾. De facto, a descolonização obrigava o capitalismo português a socorrer-se da centralização para salvar o máximo possível dos capitais ligados às colónias. Porém, não se deve subestimar o papel da luta revolucionária na metrópole na concretização destas medidas: primeiro, a descolonização foi ela própria determinada também pela dinâmica revolucionária da metrópole no após 25 de Abril; depois, os sindicatos dos bancários tinham estado envolvidos em fortes lutas, antes e depois de 25 de Abril de 1974, e é na sequência da derrota do golpe de direita encabeçado pelo general António de Spínola em 28 de setembro de 1974 que o Estado aumenta o seu poder na fiscalização das instituições de crédito, por exemplo com o Decreto 540-A/74, de 12 de outubro.

A maioria das nacionalizações é no entanto só realizada entre 11 de março e maio de 1975. No dia 11 de março de 1975, os trabalhadores bancários, que ocupavam as instalações dos bancos, exigem a nacionalização da banca. No dia 12, o Conselho da Revolução, que se constitui nesse mesmo dia, anuncia a nacionalização da banca (ficam de fora os bancos estrangeiros) e, em 24 de março, a dos seguros. No dia 14 de abril, gigantescas manifestações apoiam, em Lisboa e no Porto, a nacionalização da banca⁽³⁾. A 15 de abril, por decisão do IV Governo Provisório, são nacionaliza-



Em cima: Faixa a exigir a nacionalização da banca. Ao lado: Mural em defesa das nacionalizações. Na página anterior: Informação, na imprensa, sobre a nacionalização dos bancos.

das dezenas de empresas que pertenciam aos grupos financeiros, agora expropriados, incluindo as empresas de setores básicos da economia nacional como petróleos, eletricidade, gás, tabacos, cervejas, siderurgia, cimentos, transportes marítimos, celulosos, construção e reparação naval, camionagem, transportes coletivos urbanos e suburbanos, etc. Muitas destas empresas estavam ligadas, como referimos, aos grandes grupos económicos que tinham enriquecido no Estado Novo, como o Grupo CUF, o Grupo Champalimaud, o Grupo Espírito Santo, etc. Muitas empresas, incluindo algumas de razoável dimensão, escaparam à vaga de nacionalizações – transformação da cortiça, refinação de açúcar, têxteis e exportação de vinho, a maioria no Norte do País. E foi precisamente através delas que se constituíram os primeiros núcleos dos novos grupos privados, como o de Américo Amorim.

A doutrina do Estado Novo consagrava a iniciativa privada, mas o setor empresarial do Estado (SEE) desenvolveu-se consideravelmente nesse período, como assinala Silva Lopes⁽⁴⁾, com o Estado a deter posições de comando ou de influência nos transportes, refinarias, eletricidade, banca, etc. Estima-se que as empresas integradas no setor público empregavam, antes das nacionalizações, cerca de 2/3 da mão-de-obra do conjunto do que depois das nacionalizações ficou a empregar o SEE. Nos primeiros anos depois das nacionalizações de 1975, o SEE ocupava à volta

de 300 mil trabalhadores, cerca de 8% da população ativa, e gerava um valor acrescentado bruto de entre 20 e 25% do PIB. Como refere ainda Silva Lopes, Portugal ficou com um dos setores empresariais de mais elevada dimensão da Europa Ocidental, mas mesmo assim não muito distinto do que se passava com a França, Itália, Reino Unido e Alemanha. Nesses países, em média, o setor público empregava 10% da força de trabalho⁽⁵⁾.

As nacionalizações foram realizadas sob o impacto de uma crise generalizada de acumulação mundial e, de certa forma, a metodologia com que foram feitas – sem controlo operário – sugere que a burguesia portuguesa lançou mão das nacionalizações para «salvar os dedos, uma vez perdidos os anéis». Ou seja, como forma de acabar com os conflitos sociais nas empresas e resgatá-las da crise de acumulação. O que é confirmado pela retórica dos partidos da coligação governamental que, sem exceção, apelavam à contenção das lutas nas empresas nacionalizadas, alegando que estas agora pertenciam ao povo português, omitindo que o Estado permanecia capitalista, bem como as empresas por este administradas. Medeiros Ferreira, por exemplo, defende que as nacionalizações permitiram aos militares ter controlo sobre o sistema financeiro⁽⁶⁾ e Silva Lopes lembra o contributo destas para atenuar os efeitos da conjuntura económica⁽⁷⁾. A importância das nacionalizações durante a revolução não reside, essencialmente, no impacto »»»

“A maioria das nacionalizações é no entanto só realizada entre 11 de março e maio de 1975. No dia 11 de março de 1975 os trabalhadores bancários, que ocupavam as instalações dos bancos, exigem a nacionalização da banca”